

Intervenção de Carlos Carvalhas na Assembleia da República (Lisboa, 11 Abril 1985)

Source: Diário da Assembleia da República. 12.04.1985, n° 68 (III Legislatura, 2a Sessão legislativa). Lisboa: Assembleia da República. <http://debates.parlamento.pt/diary.aspx?cid=r3.dar&num=068&leg=l03&ses=s12>.

Copyright: Debates Parlamentares / Assembleia da República

URL: http://www.cvce.eu/obj/intervencao_de_carlos_carvalhas_na_assembleia_da_republica_lisboa_11_abril_1985-pt-ba302bf3-f2d6-46b0-ad0b-ff35f464e2a0.html

Publication date: 06/09/2012

Intervenção de Carlos Carvalhas na Assembleia da República (Lisboa, 11 Abril 1985)

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Já foram aqui analisadas pelos meus camaradas as peripécias e a evolução da operação política e propagandística contra as conquistas de Abril que sempre constituiu a denominada integração de Portugal na CEE.

Importa agora apreciar os acordos já estabelecidos – mesmo que sumariamente – nos seus efeitos globais, nomeadamente a médio e longo prazos.

Pelo que já foi acordado pode-se dividir a operação integração em duas fases:

A primeira, que se daria nos primeiros 6 anos, seria constituída de imediato pela integração política com a adesão formal, os 24 deputados, os míseros 50 votos na Comissão em que Portugal se acorrentaria à CEE sem que ficasse com qualquer peso ou voz significativa dentro das instituições comunitárias.

Nesta primeira fase, os efeitos negativos, o embate, o domínio da economia portuguesa pelas multinacionais e a transferência de partes significativas da soberania dar-se-iam não globalmente, no momento da adesão, mas de uma forma progressiva e crescente.

Numa segunda fase, teríamos então a total absorção, a transformação da economia portuguesa, numa economia apendicular, submetida à divisão internacional do trabalho ditada pelas multinacionais da CEE; uma economia fornecedora de mão-de-obra barata e de matérias-primas. Se a integração se desse em 1986, significaria que em 1993-1994 os produtos industriais dos onze entrariam em Portugal livres de imposições aduaneiras, que já estariam desmantelados os direitos aduaneiros sobre a importação de pescado e sobre os produtos agrícolas transformados (bolachas, massas, chocolates), que os direitos niveladores agrícolas seriam já recursos próprios do Orçamento Comunitário.

É que, por mais incrível que pareça, este Governo aceitou o princípio de Portugal vir a ser, passada a 1ª fase, um contribuinte líquido da CEE! É significativo do que representam para este Governo os interesses nacionais. É simplesmente inadmissível. E não se venha argumentar com a solidariedade da CEE, pois esta não é uma associação caritativa. Os países do Mercado Comum estão prontos a sacrificar não os seus interesses, mas os interesses dos outros países, como o têm demonstrado.

O que se tem verificado na CEE não é a aproximação, mas o distanciamento entre os países menos desenvolvidos e as regiões mais atrasadas dos países e das regiões mais ricas. O que aí se verifica é a lei do desenvolvimento desigual, deitando por terra os *slogans* propagandísticos do desenvolvimento regional através dos fundos e dos que falam sem qualquer base científica do desenvolvimento por «arrastamento».

A Sra. Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O que se verificaria era a ruína de vastos sectores da economia portuguesa, com relevo para as pequenas e médias empresas, o abandono dos grandes projectos de inegável interesse nacional e a absorção de sectores básicos da nossa economia pelos interesses estrangeiros.

Com a «conclusão» das negociações ficaram também completamente claras as razões porque nunca avançou o Alqueva e os projectos de beterraba sacarina. Com as cedências deste Governo, Portugal só poderia vir a ter no futuro uma unidade de beterrabeira, pois para mais não dá a quota de 60 000 t que os negociadores alegremente subscreveram.

Em relação à silvicultura em que o País é excedentário, a integração significaria a submissão a um ordenamento florestal – eucaliptização do território – ditada pelos países mais poderosos da CEE transformando as florestas portuguesas em «coutadas» das multinacionais das celuloses que se dedicariam não à exportação de papel mas sim à exportação de pasta de papel.

No comércio teríamos então, o efectivo desmantelamento da EPAC, AGA e JAPO, a entrega de um negócio de milhões e da «chave da nossa despensa» nas mãos das multinacionais e do grande capital. As grandes empresas distribuidoras e as grandes sociedades comerciais da CEE tomariam conta dos negócios mais rentáveis liquidando ou submetendo os comerciantes dos respectivos sectores.

É esta a modernização, o desafio, o projecto nacional de que fala o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças: a entrega das riquezas nacionais ao estrangeiro, o abandono dos grandes projectos nacionais, a ruína de empresários e produtores, o aumento do desemprego e a intensificação da exploração da mão-de-obra barata.

Mas então nada se ganha com a adesão, perguntarão alguns?

As nossas exportações industriais já hoje «à excepção das têxteis» entram na CEE sem pagar direitos, pelo que aqui o efeito da adesão não seria significativo. Mas uma coisa é perguntar se o País e o seu povo ganham com a adesão à CEE e outra se não há ninguém que ganhe com esta operação.

Perde o País mas ganham a meia dúzia de famílias que, associadas às multinacionais, reconstituíram o seu poder económico e os privilégios.

Perde o País, pagará o povo mas ganharão os 300 funcionários, os 300 «tachos», o comissário português e o designado para o Banco Europeu de Investimentos.

Aliena-se a soberania nacional, hipoteca-se o País, mas Mário Soares poderá servir-se de novo do *slogan* da «Europa Connosco» na campanha presidencial. Mas Portugal integrar-se-á na Europa, dirá o Primeiro-Ministro.

Não se diga que Portugal se vai integrar na Europa. A CEE não é a Europa. Fora da CEE estão países como por exemplo a Áustria, a Noruega e a Suécia que, inclusivamente, têm resistido à crise capitalista melhor que a maioria dos países da CEE.

A Sra. Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, com a sua prática e o valor das suas palavras, o Secretário-Geral do PS nem sequer precisa de rectificar a declaração de princípios do seu partido onde se inscreve para o País (sic) «uma autonomia relativa crescente perante o capital monopolista europeu, que se encontra em processo de subordinação progressiva ao imperialismo americano»...

Pela nossa parte, continuaremos a pensar que a política económica de Portugal deve ser definida, conduzida e realizada pelos Portugueses, ditada pelos interesses nacionais e não pelos interesses do eixo Paris, Bona, Washington.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há 600 anos as classes dominantes e dirigentes também cantaram loas à integração da Nação Lusitana, na dinastia de Castela; há 400 anos, também havia quem quisesse integrar Portugal no Império dos Habsburgos; há 165 anos (1820) também havia os que estavam do lado da dominação anglicana. A história julgou-os.

Nós continuaremos a dizer não a «novos» Tratados de Methuen e a novos marqueses do Alegrete.

Estamos certos que as massas populares que em 25 de Abril deram uma contribuição decisiva para que a Revolução fosse uma exaltante afirmação de independência nacional, terão a última palavra.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.